

Sérgio Neto

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)
Universidade de Coimbra, Portugal

sgdneto@gmail.com

São Tomé e Príncipe n'O Mundo Português

A revista O Mundo Português (1934-1947) foi uma das vozes mais afirmativas do colonialismo português, procurando dirigir-se sobretudo aos jovens. Artigos sobre história e etnografia, “heróis” e viagens, ideologia e propaganda encheram as suas páginas. Pretende-se analisar a “imagem” do arquipélago de S. Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: propaganda, cultura, colonialismo

O Mundo Português (The Portuguese World) magazine (1934-1947) was one of the most assertive voices of Portuguese colonialism, looking particularly address young people. Articles on history and ethnography, “heroes” and travel, ideology and propaganda filled their pages. The aim is to analyze the “image” of the archipelago of S. Tomé and Príncipe.

Keywords: propaganda, culture, colonialism

Inegavelmente colonialista – recorde-se a reacção do Partido Republicano perante o Ultimato Inglês de 1890 –, o regime saído da revolução havida a 5 de Outubro de 1910 fez da propaganda uma forma de promoção do património territorial ultramarino português. Uma série de publicações ilustra esse desígnio: por exemplo, a *Revista Colonial* (1913-1923), dada à estampa em Lisboa, acompanhou boa parte da vigência da Primeira República, não se coibindo de publicitar a vida em terras do ultramar, assim como de convidar explicitamente potenciais colonos que quisessem deixar a metrópole e investir em Angola e Moçambique, os territórios considerados mais prósperos. Também o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, surgido durante a Monarquia Constitucional, foi apresentando estudos e conclusões acerca da temática colonial, fiel à máxima de “saber para dominar” (Said, 2004). Por seu lado, multiplicaram-se os periódicos editados em cada uma das colónias.

Todavia, coube ao período da Ditadura Militar e, sobretudo, ao do Estado Novo, aprofundar esta tendência publicista. Certamente que a natureza propagandística deste regime, quando da divulgação das suas realizações, (Paulo, 1994) em muito pesou. É preciso não esquecer que a obra colonial foi objecto de algumas das mais impressionantes exposições alguma vez realizadas em Portugal, caso da Exposição Colonial do Porto, em 1934; a Exposição (do Duplo Centenário) do Mundo Português, em 1940; sem esquecer o Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Descoberta de Cabo Verde), em 1960. No que respeita à produção periódica, uma série de jornais e revistas de temática colonial viram a luz do dia numa rápida sucessão temporal. Uma possível lista teria de incluir: *O Colonial* (1927); *Jornal das Colónias* (1927); *O Jornal da Europa* (1927); *Lusocolonial* (1927); *Expansão Nacional* (1928); *Império Português* (1929); *Informação Colonial* (1929); *Acção Colonial* (1930); *Portugal Colonial* (1931); *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932); *O Mundo Português* (1934), entre outros (Neto, 2008, p. 322).

Esta ampla produção editorial, a que acresce um avultado número de obras de maior fôlego, teve o condão de ajudar a criar uma certa literatura que tendia a romantizar o espaço colonial. A ideia não era nova e seguiu de próximo o que se fazia noutras metrópoles. Por outras palavras: a fim de atrair colonos, estes textos promoviam uma imagem idealizada do espaço colonial, quer minimizando, quer enobrecendo as dificuldades aí encontradas, quer estereotipando o indígena, quer ainda veiculando uma ideologia nacionalista e imperialista, catalisadora dos brios patrióticos. Não é, pois, de estranhar, que *O Mundo Português*, decerto a revista mais emblemática deste período, anunciasse, no seu número inaugural, que se destinava à “gente jovem”. Tratava-se da assunção que importava, antes de mais, formar um escol de futuros quadros coloniais, imbuídos do espírito de missão. Neste sentido, a predilecção da revista por textos de recorte literário, a narração heroicizada de episódios da “gesta” portuguesa, o olhar enviesado e paternalista quando da análise do Outro, sem esquecer as iniciativas culturais destinadas aos estudantes de Portugal e do Ultramar, confirmam esta hipótese.

O artigo que se segue, procurará, pois, enquadrar o arquipélago de S. Tomé e Príncipe no mundo português, realidade geográfica e revista, ensaiando caracterizar

a imagética que o território assumiu num dos periódicos mais importantes dos primeiros tempos do regime de Salazar.

Sob o signo da Mística Imperial

Começada a publicar em 1934, a revista *O Mundo Português* prolongou a sua actividade editorial até 1947. Editada pelo SPN e pela Agência-Geral das Colónias (AGU) – organismo este criado em 1925 a fim de contrariar o facto de “a grande maioria dos portugueses desconhece[r] em absoluto as nossas colónias” (Cortesão, 1925, p. 3) –, a revista teve uma periodicidade (bi-) mensal, organizando concursos de cruzeiros de férias às colónias para os alunos metropolitanos e viagens a Portugal para os estudantes oriundos do ultramar. Neste âmbito, as suas actividades aproximaram-se daquelas desenvolvidas por dois periódicos congêneres: o *Boletim da Agência-Geral das Colónias* (Concursos de Literatura) e o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Semanas das Colónias).

Porém, *O Mundo Português*, significativamente subintitulado de “cultura e propaganda / arte e literaturas coloniais”, foi mais longe, consagrando a quase totalidade das suas páginas à (re)invenção de um exotismo literário que caracteriza toda uma época. Ao invés do *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, mais apostado em aliciar o potencial colono com pautas comerciais, promissoras descrições económicas e convites explícitos ao estabelecimento em terras de África, *O Mundo Português* fez da sedução estética uma arma ao serviço da propaganda. Os seus intentos pedagógicos encontraram realmente tradução na panóplia de artigos doutrinários, contos e poemas “exemplares”, fotografias de “indígenas” e paisagens “virgens”, pequenos ensaios etnográficos e “retratos” idealizados de cada uma das colónias¹.

Para além desta crença numa inadiável missão histórica a cumprir e da necessidade de “civilizar” as “tribos indígenas”, de igual modo a revista aceitou a crença de que o povo português, como resultado de cinco séculos de contactos, teria adquirido uma singular facilidade em estabelecer relações com os povos colonizados. Esta “experiência” e o trato fácil com o Outro poderiam ser inferidos a partir das “estórias” exemplares amiúde publicadas.

Nos anos seguintes, conforme atesta o Anexo II, muito embora este tipo de artigo apologético tenha diminuído, não esmoreceu, porém, “a missão de cultura e propaganda”. Por outro lado, é preciso não perder de vista o facto de a maior parte dos artigos, qualquer que fosse a temática abordada, enaltecerem sempre o pioneirismo expansionista português, a sua “vocação colonial” e o “ressurgimento” estadonovista, razão por que a ideologia oficial nunca chegava verdadeiramente a estar ausente. Ou seja, com o correr do tempo e também de acordo com a idiossincrasia dos regimes autoritários da Europa de então, privilegiou-se mais a estética do que a ética. Na verdade, importava veicular a imagem, mas sobretudo vesti-lo nos trajes mais agradáveis.

¹ Cf. Anexo II.

S. Tomé n'O Mundo Português

Uma das imagens que S. Tomé assumiu perante o olhar metropolitano, como não poderia deixar de suceder, girou em torno do potencial económico do arquipélago. Por exemplo, José Osório de Oliveira (1939), figura do Estado Novo ligada à propaganda colonial e que muito escreveu acerca de Cabo Verde, definia S. Tomé como uma “pequena Java”, pretendendo assim sublinhar a produção de café local (p. 375). De resto, este publicista, hábil na criação de imagéticas sugestivas, também chegou a considerar Cabo Verde como uma sorte de Brasil miniatural, como outros viram neste arquipélago: “Portugal exilado no meio do Atlântico azul” (Casimiro, 1934, p. 1). Ou seja, o discurso orientava-se para a romantização das realidades, na procura de semelhanças entre Portugal e colónias, com o emprego de diminutivos a sublinhar simbolicamente o sentimento paternalista dispensado pela metrópole.

Esta atitude propagandística percebe-se noutros artigos da revista aqui analisada. Por exemplo, o Marquês do Lavradio (1936), chegado a S. Tomé, pela primeira vez em 1896, garantia à distância de quase quatro décadas que “fui encontrar o cenário completamente mudado” (p. 245). Ao mesmo tempo tinha as roças por “centros de instrução onde o preto se civiliza, encontra conforto, aprende a trabalhar e vive feliz” (p. 246). De igual modo não esquecia que a colónia enfermava de falta de trabalhadores, pelo queurgia “dar à ilha os meios necessários para que a agricultura não morra e não se perca o trabalho de tantas dezenas de anos” (p. 247). Numa palavra: nada dizendo acerca dos naturais, fazia a apologia do esforço levado a cabo durante os derradeiros anos, por colonos e trabalhadores, enfatizando o papel do Estado Novo nesse ressurgimento ultramarino.

Caso sintomático dessa exacerbação do Império constituiu a série de sonetos de Hugo Rocha (1940), extraídos do livro em preparação *Poemas Exóticos*, através dos quais pretendia veicular a ideia de um “Portugal de tão estranhas gentes”, um imenso Portugal que o poeta percorreu “sempre em deslumbramento”, enfim, um Portugal que: “para quem, como eu, a uma ambição se arrima / a ambição de vive uma vida mais pura / e mais livre, uma vida isente de amargura / o mundo tropical merece toda a estima” (pp. 19-20). Nas páginas seguintes, sob o título genérico de “Ronda do Império”, Hugo Rocha dedicava um soneto a cada parcela ultramarina, à Madeira e aos Açores, e mesmo ao Brasil, que “também responde à chamada”. Sobre S. Tomé e Príncipe, a estância mais sugestiva não lograva escapar ao lugar-comum: “café, cacau, que mundo de riqueza / esplende ali, em galas espantosas! / como o Equador desfolha, ali, as rosas / da cor, da luz, do assombro e da grandeza” (p. 23)

Viajantes mais ilustres, como Manuel Múrias (1938), antigo integralista e nacional-sindicalista, que aderiu ao regime de Salazar, integrando-se na Assembleia Nacional, e um dos primeiros seguidores da teoria luso-tropical, tendo, em 1938, acompanhado o Chefe de Estado, Óscar Carmona, em visita oficial a Angola e a S. Tomé, ponderando este último território, que denominou de “colónias de fazenda”, advogava a universalidade do “espírito português” e o seu não racismo (pp. 181-184).

Já Leite de Vasconcelos (1936) ao assegurar que “são mais de 200 ‘roças’ a

atestar as prodigiosas energias da alma e do braço lusitanos” (p. 242), parecia esquecer os contratados. O seu texto, glorificação do “trabalho de dezoito gerações de gente ‘branca’, arrojada pelo mundo” (p. 244), descrevia em traços largos a história das ilhas, a qual “se foi construindo sobre covais e ossadas da afoita gente lusa” (p. 240). As expressões empregues no intuito de caracterizar a opulência da natureza – “picos altos sobranceiros”; “trovoadas furibundas rebentando”; “arvoredos ciclópicos”; “morada de Satanás” (p. 239) –, mais não fazem do que ilustrar a crença de que o espaço africano era *terra incognita*, que o colonizador deveria desbravar e valorizar, perante a suposta inoperância do colonizado.

Por seu lado, Jorge de Sena (1944), também nas páginas de *O Mundo Português*, aí se deparou com um mundo selvagem, que descreveu com o recurso a uma bela prosa literária. Para si, o homem, ante a imensidão e a tenacidade de tal paisagem, pouco poderia fazer para a domar completamente, opinião que contrastava com a subscrita pela propaganda, a qual falava num espaço selvagem, sem dúvida, mas, cujo ímpeto, à custa das diligências dos colonizadores, fora vencido (pp. 181-184).

Uma vertente igualmente abordada versou a etnografia ou “folclore”. Para o efeito, tanto se estimulou a imaginação acerca das tradições e dos costumes africanos, quanto se veiculou a ideia de estes ainda não se acharem corrompidos “pela mesmice insulsa que é o figurino do Chiado ou do Terreiro do Paço” (Melo, 1944) ou a “neurastenia europeia”. No fundo, tratava-se daquela concepção herdada do século XIX que, sem negar as conquistas tecnológicas e a “superioridade” do Ocidente, descobria, nos povos da África Negra, uma maior proximidade das “origens” e, por isso mesmo, um carácter menos postiço e mais puro.

Outras conclusões são possíveis. José Brandão de Melo, que assinou dois artigos sobre a etnografia são-tomense, comprova como, nos anos 40, o pensamento de Gilberto Freyre ainda não penetrara no âmago da ideologia colonial estadonovista. É que, tomando como ponto de partida os “indígenas” de Angola e de Moçambique, Brandão de Melo considerava-os menos “enfraquecidos” do que os autóctones de S. Tomé e Príncipe, em virtude de não terem enfrentado sucessivos “cruzamentos”, supostamente responsáveis pelo depauperamento da “raça” – leia-se menos aptos para o trabalho (Melo, 1944).

Mas, se a miscigenação, no entender desse autor, minguara o valor físico, também não elevava o “nível” intelectual do são-tomense, não chegando este “à craveira para ‘amanuensar’ em qualquer repartição da colónia”. Por fim, adjetivava-o de “esperto”, “ladino” e “indolente”, de uma “ingénita preguiça”, desenvolvendo, após tais apodos, algumas reflexões de ordem etnográfica.

Os cruzeiros de férias às colónias contaram-se entre as primeiras grandes acções lançadas pela revista. A finalidade passava por levar a “mocidade portuguesa” a conhecer e “apreciar devidamente Portugal em todos os seus recantos mais distantes” (Cunha, 1934, p. 307).

De facto, não chegava apenas fazer a apologia do império através de jornais, imagens e mostras culturais. Imperioso se tornava fazer dele uma verdadeira exposição viva, na qual os jovens estudantes, acompanhados por professores, artistas e

escritores, tivessem a oportunidade de senti-lo seu. “Um espírito juvenil [...] é a melhor matéria-prima para trabalhar o futuro” seria, talvez, a frase mais apropriada para entender os verdadeiros objectivos da iniciativa: doutrinar potenciais futuros colonos e quadros ultramarinos; atrair e mobilizar, com a publicitação da viagem, outros jovens; enfim, dinamizar e criar entusiasmo nas escolas, tanto mais que, todos os anos, seriam abertos concursos premiando com uma viagem os “que mais se distingam em certas disciplinas e aqueles que melhores trabalhos apresentem sobre assuntos coloniais” (Torres, 1936, pp. 227-230).

Após numerosos artigos saudarem a iniciativa, o primeiro e único cruzeiro alguma vez realizado tocou, no ano seguinte, no Verão, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. Como quer que seja, a revista publicou todos os discursos que as autoridades coloniais produziram quando do encontro com os visitantes, assim como pequenos textos escritos pelos estudantes, sob a forma de diário de viagem ou ensaio apologético, com o subtítulo de “o que eu vi nas colónias”. Na prática, a ideologia pretendia efeitos reprodutores: os alvos de ontem tornavam-se os difusores de hoje. Quais foram as impressões dos estudantes acerca de S. Tomé e Príncipe?

As opiniões fixavam-se no “exótico”, no “pitoresco”, e no “fascínio” africano, não se cansando de louvar o “génio” colonizador português. Em relação a S. Tomé, que aqui nos interessa, sublinhavam a beleza da paisagem, “sinfonia verde”, e “o esforço individual do colono português”, responsável pelo prosperar das roças, considerando-se o autóctone um tanto descaracterizado pelo contacto europeu. Por exemplo, um dos estudantes desdenhava do aspecto do batuque: “o batuque que em terra se exibia era bastante civilizado, fazendo lembrar uma cegada carnavalesca” (Cardoso, 1935, p. 300).

À Maneira de Conclusão

No essencial, sem receio de se errar, pode-se dizer que, da mesma maneira que, em Portugal, os estudos empreendidos sobre as temáticas da colonização e da descolonização, têm vindo a privilegiar, sobretudo, o ponto de vista do colonizador, nos novos países independentes, parceiros da Comissão de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e, em especial, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, tem-se dado, antes de mais, apreço à vertente literária, tida por decisiva fatora da nacionalidade. Na verdade, tal, nem poderia deixar de suceder, em virtude de, em ambos os territórios, escritores e poetas se contarem entre os mais destacados opositores ao colonialismo, quer, recorrendo à pena, quer, no caso cabo-verdiano, mesmo à luta armada, constituindo, assim, a sua vida e produção, matérias históricas de grande valor e de evidente abordagem mais imediata.

Todavia, os dois arquipélagos partilham, e partilharam, características que convidaram a aproximações, tanto dos naturais, quanto dos portugueses, ao longo do século XX, umas vezes eivadas de um certo sentido propagandístico, na medida em que, ao invés das colónias não insulares, Cabo Verde e S. Tomé foram povoadas de raiz, daí derivando sociedades mestiças, “novas” e “originais”, criadas sob a égide do

colonizador, outras tantas, imbuídas de uma certa decepção pelo presente estado de coisas. Este último parecer foi subscrito por Francisco Tenreiro, o poeta e geógrafo santomense, ao avaliar a evolução conjunta dos dois arquipélagos até ao século XIX, evolução essa, em muitos aspectos, comungando de traços comuns, como a miscigenação, a um tempo étnica e cultural. Teria sido o século XIX, com a introdução do café e do cacau, e consequente emparcelar da pequena propriedade, pertença dos “filhos da terra”, o estabelecimento de grandes roceiros, e a contratação de uma numerosa mão-de-obra de outras colónias, a ditar o fim da construção de uma sociedade crioula, similar a Cabo Verde.

No decorrer da Primeira República, tais mecanismos de exploração económica prosseguiram, quase inalteráveis, estendendo-se ao Estado Novo, a despeito das denúncias internacionais, cuja mais fundamentada proveio da parte do chocolateiro inglês, William Cadbury, apostrofando todo o processo – desde a contratação forçada dos serviços até às penosas condições de trabalho, que redundavam numa elevada taxa de mortalidade – de não respeitar dos mais elementares direitos humanos, e não fechando mesmo a porta a reminiscências das práticas escravagistas das centúrias passadas.

Ao mesmo tempo, consubstanciava-se a imagem recorrente de S. Tomé, a de “ilhas do cacau e do café”, verdadeira “colónia de fazenda”, caso único no Ultramar Português, que, contrastava, assim, profundamente, com a de Cabo Verde. De facto, conforme foi assinalado na revista *O Mundo Português*, espécie de “porta-estandarte” da mística imperial do Estado Novo, nos anos 30 e 40, enquanto Cabo Verde primava pelo seu valor intelectual, literário, ou, numa palavra, cultural, S. Tomé e Príncipe possuía um valor, antes de mais, económico. Assim, se, por um lado, partindo-se do argumento étnico, visto o Darwinismo Social ainda se encontrar na ordem do dia, se inferia que, em S. Tomé, sendo a proporção de mestiços inferior à de Cabo Verde, o comum dos naturais teria menos aptidões intelectuais, por outro, pretendeu-se divisar em S. Tomé, devido ao grau de mestiçagem, uma certa descaracterização cultural e mesmo degenerescência racial, em relação a Angola ou Moçambique. Portanto, de uma maneira ou de outra, haveria de prevalecer sempre a imagem “económica”.

Nos anos cinquenta, a concessão da cidadania ao arquipélago e a visita de Gilberto Freyre, desagravaram um pouco tal negativismo, sem, contudo, lograr modificar as linhas gerais, que, afinal, apodavam o natural de “indolente”, e tão-só se fixavam na glorificação do triunfante “génio” colonizador português em paragens equatoriais. A sucinta passagem que lhe é dedicada, em *Aventura e Rotina*, fez incidir uma nova luz sobre S. Tomé e Príncipe, pois, Freyre nele contemplou o que fora uma prefiguração do Brasil de *Aventura e Rotina*, julgando-o mais luso-tropical do que Cabo Verde. Por seu lado, as monografias produzidas, já ao tempo da Guerra Colonial, buscaram, num registo assaz integrador dos povos do Ultramar no todo nacional, numa derradeira estratégia defensiva do Estado Novo, ante os “ventos” da descolonização, revalorizar os santomenses. Afinal, em última instância, o regime mantinha-se fiel a uma das suas pedras-de-toque, isto é, adaptar-se aos novos tempos, sem nunca escamotear o principal objectivo – permanecer e cumprir a vocação histórica, mesmo que “orgulhosamente só”.

Referências

- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities*. London: Verso.
- Cardoso, J. A. (1935). A Mocidade Académica e o 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias. *O Mundo Português*, pp. 297-303.
- Casimiro, A. (1935). As Ilhas Encantadas - Visão de Cabo Verde. *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*.
- Casimiro, A. (1940). *Portugal Crioulo*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- Castelo, C. (1999). *O modo português de estar no mundo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cortesão, A. Z. (1925). O Boletim da Agência-Geral das Colónias. *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, 1, 3-9.
- Ferreira, M. (1967). *A Aventura Crioula*. Lisboa: Ulisseia.
- Freyre, G. (1957). *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. (1954). *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Lavradio, M. (1936). São Tomé. *O Mundo Português*, III, p. 246.
- Magalhães, L. (1936). Recordando. *O Mundo Português*, III, pp. 239-244.
- Múrias, M. (1938). A Viagem do Chefe de Estado a S. Tomé e Príncipe e a Angola. *O Mundo Português*, V, pp. 425-426.
- Neto, Sérgio. (2008). Periódicos de temática ultramarina – cultura, propaganda e informação na antecâmara do estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931). *Estudos do século XX*, 8, pp. 317-328.
- Neto, S. (2009). *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, J. O. (1939). A elegia dum povo. *O Mundo Português*, VI, pp. 375.
- Oliveira, J. O. (1955). *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação para Adultos.
- Paulo, H. (1994). *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva.
- Rocha, H. (1940). Poemas Exóticos. *O Mundo Português*, VII, pp. 19-23.
- Said, E. (2004). *O Orientalismo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Sena, J. (1944). A Ilha que perdeu o Equador. *O Mundo Português*, XI, pp. 181-184.
- Torres, N. (1936). Cruzeiros de Férias. III, pp. 227-230.
- Venâncio, J. C. (2005). *A Dominação Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa.

Anexos – Relação de artigos publicados n'O Mundo Português

Anexo I

Anos	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Artigos publicados	72	65	86	86	74	86	78	69	66	55	65	76	55	22

Anexo II

Anos		Guiné	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Moçambique	Índia	Macau	Timor	Totais
1934		1	1	0	6	9	6	1	2	26
1935		2	2	0	7	6	6	3	1	27
1936		10	11	12	15	6	3	0	0	57
1937		0	1	0	3	7	6	0	2	19
1938		2	1	2	5	5	1	2	2	20
1939		2	7	1	3	9	3	1	0	26
1940		1	4	0	11	4	2	0	1	23
1941		2	3	1	7	4	1	3	1	22
1942		4	5	1	3	3	4	0	1	21
1943		2	2	0	6	3	3	0	0	16
1944		4	1	2	10	6	5	0	0	28
1945		2	2	2	7	8	4	0	0	25
1946		5	1	2	2	7	2	0	0	19
1947		3	1	3	4	1	0	0	1	13
Totais		40	42	26	89	78	46	10	11	342

Anexo III

Anos	Ideologia	Discursos	Campanhas Pacificação	Mouzinho de Albuquerque	Contos	Poesia	Arte	Etnografia	Total
1934	34	1	0	1	2	3	8	3	52
1935	4	8	3	2	7	3	10	4	41
1936	15	1	5	1	6	3	10	4	45
1937	6	5	6	0	3	4	5	1	33
1938	12	1	1	2	2	1	3	2	27
1939	5	2	2	1	5	4	3	3	25
1940	9	0	4	1	5	5	0	2	27
1941	6	0	2	3	5	2	0	2	22
1942	3	1	1	0	2	2	0	3	15
1943	8	2	2	0	1	5	0	1	19
1944	10	0	3	0	4	1	0	4	22
1945	11	2	4	1	2	3	0	7	32
1946	0	0	1	0	0	1	2	2	8
1947	0	1	1	0	0	1	0	3	8
Totais	123	24	35	12	44	38	41	41	376